



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2012**

Ao sexto dia do mês de março do ano dois mil e doze, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu Vice-Presidente, senhor **José Carlos Martins Rolo**, achando-se presentes os Vereadores, senhores, **Marlene Martins Dias da Silva, David Martins, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis**.-----

Não participou o senhor Presidente, que, conforme informação veiculada pelo senhor Vice-Presidente, se encontra doente, e cuja falta a **Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada**.-----

Secretariou a Diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, **Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha**.-----

Declarada aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, pelas quinze horas e dois minutos, deu a Câmara início à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e pela sequência nesta prevista, ou seja:-----

### **A - GENERALIDADES**

#### **= ATA DA REUNIÃO ANTERIOR =**

**Foi confirmada**, por unanimidade, a aprovação da ata da reunião realizada no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e doze, a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respectiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos Senhores membros do Órgão Executivo.-----

#### **= AUDIÇÃO DO PÚBLICO =**

– **Marina Poupa** - Começou por dizer que a sua condição física mudou devido a um desgosto provocado por um cidadão de Albufeira, **Luís Soares Ribeiro**, da Residencial Luís, referindo que descobriu nas atas de reuniões de câmara de dois mil e seis que o caso se arrasta há anos. Referiu ainda, que a Residencial Luís tem sinalética espalhada por toda a cidade e que ainda não foi removida.-----

Questionou também porque é que a câmara municipal tinha material para trabalhar e não fez nada, mencionando que a câmara municipal desculpa-se agora que a competência é da ASAE.-----

Questionou a câmara municipal sobre as seguintes situações:-----

- o motivo pela qual se procedeu ao encerramento do café Latino e das caves do vinho do Porto e não se encerra a Residencial Luís;-----

- o facto de haver tanto despesismo, uma vez que se vai prosseguir com o forno

crematório em Albufeira, quando não há dinheiro para outras situações, como o subsídio de arrendamento e, ainda, quando existem mais três crematórios a avançar no Algarve.-----

Referiu também que existem pessoas que comprem tudo e todos.-----

O senhor Vice-Presidente, em resposta, disse que sobre a questão da Residencial Luís a mesma está em Tribunal e que tal residencial esteve fechada durante algum tempo e que agora está a decorrer os trâmites legais. Relativamente à questão do forno crematório o senhor Vice-Presidente convidou a munícipe a pesquisar as atas das reuniões de câmara para saber quais os gastos que foram efetuados com o forno crematório. -----

O senhor Vereador José Sequeira informou que não existem quaisquer gastos com o forno crematório. -----

– Carlos Ventura - Começou por perguntar o que fazer para resolver o problema da criminalidade e, conseqüentemente, da insegurança total. -----

Referiu ainda que teve conhecimento que a câmara extinguiu o grupo coral perguntando porque é que não se faz algo para não se penalizar muito as pessoas, arranjando um conjunto musical com a prata da casa ou com um pequeno contributo das pessoas de dois ou três euros. -----

- Questionou por fim o que é que foi feito do dinheiro. -----

Depois de algumas insinuações do público presente, o senhor Vereador José Sequeira pediu o uso da palavra para os presentes dizerem quais as queixas que têm dos políticos e comprovem tudo o que dizem e o que transmitem para o exterior. -----

Disse que está na hora de dizer basta às insinuações pois, como todos em todas as profissões, há gente honesta e desonesta. -----

Continuou dizendo que, concorde-se ou não com as decisões tomadas, dever-se-á discutir decisões que possam não se concordar, mas nunca pondo em causa a honestidade e dignidade de cada um, se não houver provas sustentadas. -----

Acrescentou ainda, que a política é uma profissão nobre, que está subjacente o bem público, sendo que muitas vezes não se consegue agradar a todos, pois a postura deverá ter sempre como único objetivo a causa pública. -----

Disse ainda que, o público tem o pleno direito de transmitir as suas dúvidas e indignações por algo que não concorde, deverá nestas reuniões públicas apresentar propostas/ideias, mas nunca olhando para os políticos como uns inimigos. -----

Concluiu dizendo que as ideias, as políticas e as decisões deverão ser discutidas,



**debatidas sempre com elevação e transparência.**-----

**O senhor Vice-Presidente disse que tem que se evitar formas pouco corretas e injustas de apresentar determinado tipo de situações, as quais deverão ser apresentadas de forma educada, serena e tranquila, devendo, caso entendam, apresentar queixas nos locais próprios.**-----

– João Araújo Ferreira - Começou por dizer que foi alvo de uma intervenção cirurgia e que, por isso, há algum tempo que não aparece nas reuniões públicas.-----

Relativamente à situação da Aldeia das Açoteias lamenta que tenha feito tudo para resolver a situação, que se poderá verificar através de uma análise profunda ao processo, desde o tempo do senhor Xufre.-----

Referiu ainda que o processo já parece um almanaque e que, talvez, o possa ajudar na sua tese de curso.-----

Fez referência ao facto de o senhor Vice-Presidente estar sempre nas reuniões a aguentar as situações, referindo-se às ausências do senhor Presidente, por vezes em feiras no estrangeiro.-----

O munícipe referiu que o que pretende saber é quem tem que entregar as infraestruturas do loteamento das Açoteias à Câmara Municipal e como é que uma entidade que não recebe as infraestruturas passa o alvará de utilização das casas.-----

Frisou assim, que a questão central que pretende saber é: "quem é que tem que entregar as infraestruturas do loteamento à Câmara Municipal?"-----

Referiu também, que a intervenção do senhor Presidente da câmara, na Assembleia Municipal, sobre o assunto em causa, parecia uma espécie de branqueamento.-----

O munícipe solicitou que lhe fosse entregue uma cópia da documentação que enviou no dia dois de janeiro de dois mil e doze, uma vez que ficou sem a cópia que possuía, bem como a respectiva resposta.-----

**O senhor Vice-Presidente respondeu que, em relação às cópias solicitadas, a secretária do senhor Presidente entrará em contato com o munícipe para lhe fazer chegar tal documentação.**-----

Relativamente às ausências do senhor Presidente informou que as mesmas estão todas justificadas, sendo que as feiras de turismo que o Senhor Presidente se deslocou são de grande interesse municipal, acrescentando que também já esteve presente numa feira de turismo, em Berlim.-----

No que se refere ao processo de loteamento referido, informou que o mesmo está a seguir os procedimentos necessários conducentes à sua resolução.-----

– Nelson Guerreiro - Trabalhador na Câmara Municipal de Albufeira, começou por

dizer que "quem não se sente não é filho de boa gente" e que nada o move contra o executivo, explicando que estava presente na reunião de câmara pública por decisões que foram tomadas que o afetaram. -----

Relatou que, no passado dia trinta de janeiro, enviou uma carta à câmara municipal, com quatro questões concretas dizendo que, como não foi dada resposta no prazo, fez outra carta a solicitar resposta à primeira carta.-----

Referiu também que, curiosamente, havia recebido resposta à primeira carta naquela manhã, mas que em relação à resposta às quatro perguntas efetuadas continua sem resposta a duas delas.-----

A senhora Vereadora Ana Pífaró, em resposta, lamentou o facto de previamente ao envio das cartas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal o trabalhador nunca tenha falado com ela sobre o assunto. Relativamente à questão de ter recebido a resposta na manhã do dia da reunião de câmara pública, a senhora vereadora Ana Pífaró disse que não poderia adivinhar que o trabalhador iria estar presente na reunião em causa.-----

Em relação ao atraso nas respostas às cartas referidas, a senhora vereadora referiu que, na qualidade de responsável dos recursos humanos, assume toda a responsabilidade pela falta de resposta de forma atempada, mencionando que teria dado instruções, aos recursos humanos no sentido de ser enviado ao trabalhador a resposta que havia sido dada à Assembleia Municipal, uma vez que o teor da carta que o trabalhador enviou para aquele órgão era idêntico ao enviado para a câmara Municipal. -----

#### **= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =**

Tomou a Câmara conhecimento de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia cinco de março de dois mil e doze, eram das quantias de: -----

Operações Orçamentais - quatro milhões, novecentos e trinta e seis mil, cento e trinta e seis euros e setenta e nove cêntimos.-----

Operações não Orçamentais - um milhão, setenta e dois mil, novecentos e doze euros e quarenta e um cêntimos. -----

#### **= LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES =**

Tomou a Câmara conhecimento, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor:-----

♦ Da Lei n.º 8 /2012, de vinte e um de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;-----

♦ Da Declaração de Retificação n.º 11/2012, de vinte e quatro de fevereiro, que



retifica a Lei número sessenta e quatro-B, barra, dois mil e onze, de trinta de dezembro, do Orçamento do Estado para dois mil e doze, publicada no Diário da República, primeira Série, suplemento, número duzentos e cinquenta, de trinta de dezembro de dois mil e doze.-----

**= DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS  
DELEGADAS OU SUBDELEGADAS E RELAÇÕES DE PAGAMENTOS =**

Para cumprimento do disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, a **Câmara tomou conhecimento** das decisões proferidas pelo Presidente ou pelos Vereadores no uso de competências delegadas ou subdelegadas, as quais constam de relações que foram apresentadas e que ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

O conjunto incluía relações relativas a pagamentos autorizados e efectuados, com a finalidade de manter a Câmara Municipal inteirada da execução do Orçamento, competência que, sendo sua (alínea d. do número dois, do artigo sexagésimo quarto do diploma referido), se encontra delegada no Senhor Presidente e subdelegada nos Senhores Vereadores.-----

**= INFORMAÇÕES =**

O senhor Vereador David Martins solicitou informação acerca da previsão de abertura do posto de Turismo da entrada de Albufeira. Solicitou ainda que lhe fosse facultado o valor em dívida às Águas do Algarve.-----

O senhor Vice-Presidente respondeu, em relação à primeira situação, que havia a intenção de tal abertura vir a ocorrer ainda no presente mês, mas que não sabia ao certo, julgando, no entanto, que tal abertura não ultrapassará o prazo de dois meses. Relativamente à segunda questão referiu que na próxima reunião de câmara lhe fará chegar essa informação.-----

**= TRANSPORTES - JUDO CLUBE DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO DE  
DESPACHO =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor Presidente, em dois de março corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, autorizou a disponibilização do transporte solicitado pelo Judo Clube de Albufeira, para deslocação a Coimbra, no dia quatro de março também corrente, para participação no Campeonato Nacional de Juniores e Veteranos, e, conforme o disposto no número

três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente. -----

### **= TRANSPORTES - INSTITUIÇÕES - PROPOSTA =**

Antes da discussão deste assunto, o senhor Vice-Presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo quadragésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respectiva situação de impedimento. -----

Tendo o impedimento sido declarado, nas condições previstas no Código do Procedimento Administrativo, o senhor Vice-Presidente ausentou-se da sala, tendo assumido a presidência a senhora Vereadora Marlene Silva. -----

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor Presidente, em dois de março corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades, nos seguintes dias de Março corrente: -----

- Clube Basquete de Albufeira, para deslocação a Quarteira, no dia onze, e a Lisboa, no dia dezoito; -----
- Padernense Clube, para deslocação a Lagos e Monchique, no dia dez, e a Tavira e Parchal, no dia onze; -----
- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocação a Odiáxere e Lagos, no dia dez, e a Estômbar e Vila Real de Santo António, no dia onze; -----
- Imortal Desportivo Clube, para deslocação a Odiáxere, Loulé, Tramagal - Abrantes e Olhão, no dia dez, a Quarteira no dia onze, e a Évora no dia dezassete; -----
- Albufeira Futsal Clube, para deslocação a Portimão e Burinhosa - Leiria, no dia dez; --
- Imortal Basket Clube, para deslocação a Reguengos de Monsaraz e Quarteira, no dia onze; -----
- Associação Academia Alto da Colina, para deslocação a Silves, Odiáxere, Faro e Loulé, no dia dez, e a Estômbar, no dia onze; -----
- Guia Futebol Clube, para deslocação a Messines e Mexilhoeira Grande no dia dez, e a Faro e Monchique, no dia onze; -----
- Clube Desportivo Areias de São João, para deslocação a Bensafrim - Lagos, no dia onze. -----





A proposta referia ainda uma informação da Divisão de Educação que continha um mapa das visitas de estudo / deslocações a realizar durante o mês de março pela Escola Secundária de Albufeira e Escola Básica e Secundária de Albufeira. -----

**Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta.** -----

**Não estava presente o senhor Vice-Presidente, que a seguir à votação regressou à sala reassumindo a presidência.** -----

**= TRANSPORTES - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DO 1º CICLO DA PEGADA, AZUREM, GUIMARÃES - PROPOSTA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentada uma proposta subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em vinte e nove de fevereiro último, através da qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização do transporte solicitado pela Associação de Pais da Escola do Primeiro Ciclo da Pegada, Azurem, Guimarães, para deslocação de um grupo de alunos, da Estação de Comboios de Ferreiras para o Adriana Beach Club Hotel Resort, em Albufeira, no dia dezoito e o retorno no dia vinte e um de junho de dois mil e doze, para a Estação de Comboios de Ferreiras. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.** -----

**= TRANSPORTES - ADSA - ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentada uma proposta subscrita pela senhora Vereadora Marlene Silva, em dezassete de fevereiro último, através da qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização do transporte solicitado pela ADSA - Associação de Dadores de Sangue e Medula Óssea de Albufeira, para deslocação ao Laboratório de Saúde Pública Laura Ayres, em Faro, na terceira sexta-feira de cada mês, entre as nove horas e trinta minutos e as treze horas, durante o corrente ano e com início a dezasseis de março corrente, para a realização de dádivas.--

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.** -----

**= APOIOS - CLUBE DE ARTES MARCIAIS DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor Presidente, em vinte e três de fevereiro último, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove,

barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, determinou a prestação de apoio ao Clube de Artes Marciais de Albufeira, na realização de um estágio de artes marciais, nos dias vinte e cinco e vinte e seis de fevereiro, também último, mediante a impressão paga de sessenta exemplares a cores dos diplomas de participação, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente. -----**

**= APOIOS - GUIA FUTEBOL CLUBE - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor Presidente, em dois de março corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, determinou a prestação de apoio ao Guia Futebol Clube, na realização de um Torneio de Futebol, no dia três de março também corrente, mediante a oferta de doze taças para premiar as quatro equipas de cada escalão e de cento e cinquenta medalhas, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente. -----**

**= APOIOS - MARIA MANUELA PIRES ROCHA VIEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor Presidente, em dois de março corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, determinou a prestação de apoio a Maria Manuela Pires Rocha Vieira, na apresentação do livro "Mulheres de Sucesso", no dia três de março, também corrente, mediante a disponibilização da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Lúcia Jorge, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente. -----**

**= APOIOS - APPA - ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PESCA DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

*"Através do documento anexo, vem a Associação dos Profissionais de Pesca de Albufeira, solicitar o prolongamento do apoio cedido por parte da Autarquia para a*





*realização da Exposição alusiva à sua história integrada nas comemorações do 8º Aniversário até dia 9 de Março. -----*

*Considerando: -----*

- 1) Que o evento se enquadra na alínea b), do n.º 4 do art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro; na redação dada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro, que confere à Câmara Municipal a competência, para apoiar ou participar pelos meios adequados, atividades municipais, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----*
- 2) O evento está contemplado no Plano de Atividades de 2012;-----*
- 3) Em Reunião de Câmara realizada no dia 31 de Janeiro, foi deliberado apoiar o evento nos mesmos termos logísticos; -----*
- 4) O evento se irá realizar na Cidade de Albufeira, no Porto de Pesca, contribuindo para a sua dinamização. -----*

*Proponho que:-----*

*A digníssima Câmara Municipal delibere apoiar o evento nos seguintes termos: -----*

- Disponibilização de uma tela de projeção e de um data-show da Divisão de Informática até dia 9 de Março;-----*
- Cedência de 30 cadeiras da Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico até dia 9 de Março; -----*
- Disponibilização de meios humanos e técnicos para a realização do evento." -----*

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----*

**= APOIOS - ALBULOOP - COOPERATIVA DE RÁDIO TÁXIS DE ALBUFEIRA,  
C.R.L. - PROPOSTA =**

*Subscrita pelo senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----*

*"Pela ALBULOOP - Cooperativa de Rádio Táxis de Albufeira, C.R.L, foi, através do requerimento junto ao presente, solicitada a cedência da sala de reuniões, para a realização de uma Assembleia Geral, a ter lugar no próximo dia 20 de Março de 2012, a partir das 19:00 horas. -----*

*Considerando: -----*

- 1. Que a Albucoop, não dispõe de espaço para a realização da referida reunião, tendo pedido apoio a esta Edilidade;-----*
- 2. Que o solicitado se enquadra na alínea b), do n.º 4 do art.º 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro; -----*

*Proponho que:-----*

*A Câmara Municipal delibere apoiar a ALBULOOP - Cooperativa de Rádio Táxis de*

*Albufeira, C.R.L, nos seguintes termos: -----*

- Autorizar a utilização da sala de reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, conforme solicitado; -----*
- Disponibilizar a tela de projeção e o respetivo projetor." -----*

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----*

**= APOIOS - GAILIVRO - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -  
"Através do documento em anexo, vem o sr. João Pinheiro, da empresa GAILIVRO, solicitar a cedência do auditório de Vale Pedras para a realização de uma ação de formação, no dia 13 de Março de 2012, entre as 18h e as 19h, dirigida aos professores do 1º ciclo. -----

*Considerando que: -----*

- 1. A alínea b) do n.º 4, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/02 de 11 de Janeiro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar ou participar, pelos meios adequados, as actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----*
- 2. que a situação se enquadra nesta previsão legal. -----*
- 3. que a empresa só necessitará do espaço, não acarretando qualquer custo para a autarquia. -----*
- 4. que o auditório está disponível nessa data. -----*

*Proponho que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a empresa GAILIVRO, nos seguintes termos: -----*

- a) autorizar a cedência do auditório de Vale Pedras, no dia 13 de Março de 2012, entre as 18h e as 19 horas." -----*

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----*

**= APOIOS - ACTA - COMPANHIA DE TEATRO DO ALGARVE - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora Vereadora Marlene Silva foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

*"Vem a ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve, através do e-mail anexo à presente, solicitar apoio a esta Câmara Municipal, para a divulgação do Espetáculo "Cavalo Manco não Trota", através da cedência de posições de MUPIS. -----*

*Considerando: -----*

- 1. Que a ACTA tem por objetivos, nomeadamente o fomento e organização de práticas culturais e apresentação de espetáculos no domínio do Teatro, na região do Algarve;*



2. *Que o Município reconhece o teatro como forma de expressão artística dignificante e emancipadora do Homem sendo seu propósito promover o teatro junto das populações do Concelho;* -----
3. *Que é possível ceder 4 posições de MUPIS, no período compreendido de 28 de março a 18 de abril do corrente ano, nos termos da informação do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Relações Internacionais;* -----
4. *A alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 -A/2002 de 11/01 que confere competência à Câmara Municipal para apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra;* -----
5. *A situação em causa se enquadra nesta previsão legal.* -----

*Proponho*-----

*A Digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve, na divulgação do Espetáculo "Cavalo Manco não Trota", através da cedência de 4 posições de MUPIS, no período compreendido de 28 de março a 18 de abril do corrente ano."*-----

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.* -----

**= PROTOCOLOS - ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA - BRUNA  
NASCIMENTO - ESTÁGIO - PROPOSTA =**

*Subscrita pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -  
"A Escola Secundária de Albufeira vem solicitar a formalização de um protocolo para realização de um estágio, em contexto de trabalho, de 12 de Março a 20 de Abril de 2012, entre o Município de Albufeira e a respetiva Escola.*-----

*Considerando:* -----

1. *Que de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, confere a competência à Câmara Municipal de Albufeira, para apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;* -----
2. *Que o protocolo em apreço se destina a realização de um estágio curricular, em contexto de trabalho, de uma aluna da Escola Secundária de Albufeira, Bruna Nascimento, que frequenta no presente ano letivo, o curso profissional de Apoio Psicossocial;*-----
3. *Que o presente protocolo tem por objetivo estabelecer, entre as duas entidades, as atividades a desenvolver pela aluna/formanda, durante o estágio. A formação prática, estruturada num plano individual de formação ou roteiro de atividades a*

*desenvolver em contexto de trabalho, visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais, organizacionais e de gestão de carreira relevantes para a qualificação profissional a adquirir, para a inserção no mundo de trabalho e para a formação ao longo da vida;*-----

*4. Que a situação se enquadra nesta previsão legal.*-----

*Proponho:*-----

*Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo entre o Município de Albufeira e a Escola Secundária de Albufeira, nos termos da minuta do protocolo que se anexa."*-----

*Esta proposta fazia-se acompanhar da minuta do protocolo nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.*-----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, podendo, em consequência, o protocolo ser outorgado e produzir todos os seus efeitos.**-----

**= PROTOCOLOS - COMPETIR - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, S.A. - CARLA SOFIA FERRO BOTICA - ESTÁGIO - PROPOSTA =**

*Subscrita pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -*

*"A COMPETIR - Formação e Serviços, S.A., vem solicitar a formalização de um protocolo de prática em contexto de trabalho para realização de um estágio, em contexto real de trabalho, de 20 de Março a 13 de Abril de 2012, entre o Município de Albufeira e a respetiva entidade.*-----

*Considerando:*-----

*1. Que de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, confere a competência à Câmara Municipal de Albufeira, para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;*-----

*2. Que o protocolo em apreço se destina a realização de um estágio curricular, em contexto real de trabalho, de uma formanda de um curso profissional, Carla Sofia Ferro Botica, que frequenta o curso profissional de Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho;*-----

*3. Que o presente protocolo tem por objetivo estabelecer, entre as duas entidades, as atividades a desenvolver pela aluna/formanda, durante o estágio. A formação prática, estruturada num plano individual de formação ou roteiro de atividades a desenvolver em contexto de trabalho, visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais, organizacionais e de gestão de carreira*



*relevantes para a qualificação profissional a adquirir, para a inserção no mundo de trabalho e para a formação ao longo da vida;*-----

4. *Que a situação se enquadra nesta previsão legal.* -----

*Proponho:* -----

*Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo entre o Município de Albufeira e a entidade formadora COMPETIR - Formação e Serviços, S.A., nos termos da minuta do protocolo que se anexa."* -----

*Esta proposta fazia-se acompanhar da minuta do protocolo nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.* -----

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, podendo, em consequência, o protocolo ser outorgado e produzir todos os seus efeitos.* -----

**= TÁXIS - CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE 20 LICENÇAS PARA O TRANSPORTE DE ALUGUER EM VEÍCULOS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE DE TÁXI - EXISTENTES NO CONTINGENTE DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA, EM REGIME DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO - ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL RELATIVO A ACÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL INTENTADA POR MARGARIDA MARIA JORGE GUILHERME - RELATÓRIO DO JÚRI =**

*Antes da discussão deste assunto, o senhor Vereador Carlos Quintino suscitou a sua situação de impedimento com fundamento no facto de fazer parte do Júri do Concurso, invocando o previsto na alínea d) do número um, do artigo quadragésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo.* -----

*Tendo o impedimento sido declarado nas condições previstas no Código do Procedimento Administrativo, o senhor Vereador ausentou-se da sala.*-----

*Relacionado com este assunto foi apresentado o Relatório do Júri do Concurso, que se dá por integralmente transcrito, e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em conclusão, refere o seguinte: ---*

*"Em face da argumentação acima explanada, entende este Júri que não assiste razão aos exponentes, pelo que se entende não merecerem provimento os pedidos de atribuição de licenças aos mesmos, consideração que se remete, no entanto, à douta apreciação e decisão superior.*-----

*Analisadas as exposições recebidas, nada mais cumpre a este Júri informar, pelo que se remete o assunto para apreciação da Digníssima Câmara Municipal de Albufeira, por forma a que emita decisão final face ao já deliberado na reunião realizada em 6 de*

dezembro de 2011." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o Relatório do Júri do Concurso, datado de vinte e três de fevereiro de dois mil e doze, cujo teor se dá por integralmente reproduzido: -----

a) Tomar conhecimento da exposição do concorrente Luís Matias Afonso, pela qual, o mesmo vem "oferecer o merecimento dos autos"; -----

b) Considerar improcedentes, com os fundamentos enunciados naquele Relatório, as exposições apresentadas pelos concorrentes Américo Nunes Guerreiro Guiomar e Armando Cotovio Bernardino, apresentadas no período de audiência prévia dos interessados, concedido aos concorrentes que integraram a categoria "Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, assim como empresários em nome individual", relativamente à deliberação camarária de seis de dezembro de dois mil e onze; -----

c) Homologar a nova lista, constante do relatório do júri de dois de dezembro de dois mil e onze, com a nova ordenação dos concorrentes que integram a categoria "Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, assim como empresários em nome individual"; -----

d) atribuir uma licença para o transporte em táxi no Município de Albufeira, em regime de estacionamento condicionado, à concorrente Margarida Maria Jorge Guilherme, ora reposicionada em primeiro lugar; -----

e) manter a atribuição da licença já concedida ao concorrente Carlos Manuel Brito Mendes (recolocado em quarto lugar), tendo em conta o hiato de tempo decorrido desde a respectiva atribuição, as legítimas expectativas e os direitos adquiridos por aquele, assim como a circunstância de não lhe serem oponíveis as vicissitudes que têm envolvido este procedimento concursal; -----

f) considerar inalterada e integralmente reproduzida, por economia de procedimentos e atento que em nada resulta inquinada pela sentença em cumprimento, a ordenação dos concorrentes respeitantes às categorias remanescentes, tal qual constante da ata de reunião do Júri de sete de julho de dois mil e oito. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Carlos Quintino, que a seguir à votação regressou à sala. -----

**= REGULAMENTOS - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora Vereadora Ana Pífaro foi apresentada uma proposta do





seguinte teor: -----

"Considerando que: -----

1. O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, procedeu a uma simplificação do exercício de variadas atividades económicas, no âmbito da iniciativa denominada por "Licenciamento Zero"; -----
2. Por um lado, foi eliminada a necessidade de licenciamento de exercício de algumas atividades e, por outro lado, foram estabelecidos novos regimes, designadamente, a mera comunicação prévia e a comunicação prévia com prazo; -----
3. A Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril, procedeu à criação do "Balcão do Empreendedor"; -----
4. O citado balcão único electrónico passa agora a constituir o modo de comunicação privilegiado entre os municípios e os agentes económicos; -----
5. O Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, publicado em 3 de maio de 2010, e a sua alteração, de 14 de julho de 2011, não se coadunam com o constante no Decreto-Lei n.º 48/2011; -----
6. Quanto à ocupação do espaço público e determinadas formas de publicidade, aproveita-se para se efetuarem algumas alterações que permitem uma adaptação aos respetivos regulamentos. -----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

Aprovar o presente projeto de alteração ao "Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira" e, conseqüentemente, desencadear o período de discussão pública, nos termos do plasmado no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo." -----

Esta proposta fazia-se acompanhar do referido Projeto de Regulamento, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor Vice-Presidente e os senhores Vereadores Marlene Silva, Carlos Quintino, José Sequeira e Ana Pífarro; absteve-se o senhor Vereador David Martins declarando que não teve conhecimento atempado da referida proposta. -----

### **= EMISSÃO DE CERTIDÕES DE DÍVIDA - DESPACHO =**

Foi apresentado um documento, contendo despacho proferido pelo senhor Presidente, em vinte de fevereiro último, através do qual delegou nas trabalhadoras Elza Maria Fernandes Barreto Simões e de Maria do Carmo Martins da Conceição, as competências

para a emissão e assinatura de certidões de dívida no âmbito de processos de execução fiscal, e, ao abrigo do previsto nos números três e quatro do artigo centésimo trigésimo sétimo do Código do Procedimento Administrativo, ratificou e considerou válidos todos os atos praticados por qualquer das duas colaboradoras na emissão e assinatura de quaisquer certidões de dívida anexas e ou inseridas em processos de execução fiscal promovidos por esta Câmara Municipal ou em que o Município de Albufeira seja exequente. -----

**Foi tomado conhecimento.** -----

**= PROGRAMA COMENIUS - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

*"Considerando:-----*

- Que o Programa Comenius, consiste no intercâmbio e cooperação, assim como na mobilidade entre sistemas de ensino e formação, a nível europeu;-----*
- Que o Município de Albufeira reconhece assumir primordial importância os objectivos e fins prosseguidos pelo aludido Programa;-----*
- Que ao abrigo do referenciado Programa o Agrupamento Albufeira Poente convidou o Sr. Vice-Presidente para representar o Município de Albufeira no Projeto "Tales here and there" a decorrer na cidade de Milão, Itália; -----*
- Que se mostrava ser de todo o interesse ter esse membro do Executivo presente como forma de incentivo aos alunos participantes;-----*
- Que a deslocação referida já se efetuou; -----*
- Que as despesas relativas a essa deslocação incluem a viagem de ida e volta Faro - Milão; -----*
- Que a fim de agilizar o processo, e dado o curto timing existente, o agrupamento procedeu antecipadamente ao pagamento das referidas despesas inerentes; -----*
- Que o agrupamento deverá ser naturalmente ressarcido da despesa em que incorreu;-----*
- Que, por lapso, os documentos remetidos pelo agrupamento dando conta da despesa havida foram indevidamente arquivados até esta data;-----*
- Que devido a tal incidente não foi dado atempadamente o devido prosseguimento ao processo; -----*

*Proponho que:-----*

*A Digníssima Câmara Municipal delibere autorizar a realização da despesa mencionada, no valor total de € 223.63, sendo a mesma paga diretamente ao Agrupamento Albufeira Poente uma vez que essa entidade assumiu indevidamente a despesa em causa."-----*



Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= COMPROMISSOS E PAGAMENTOS - PROPOSTA =**

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado para melhor instrução. -----

**B - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E FINANÇAS**

**= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE "EXECUÇÃO DA E.B. 1, 2, 3 DA GUIA" - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO ADICIONAL =**

Relativamente à empreitada referida em título foi apresentada a minuta do contrato adicional, elaborada na sequência da deliberação da Câmara Municipal de dezassete de janeiro de dois mil e doze, uma cópia da qual fica arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por maioria, aprovar a minuta. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor Vice-Presidente e os senhores Vereadores Marlene Silva, Carlos Quintino, José Sequeira e Ana Pífarro; absteve-se o senhor Vereador David Martins. -----

**C - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL**

**= PROTOCOLOS - MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA E OS SEGUINTE AGRUPAMENTOS: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALBUFEIRA, AGRUPAMENTO VERTICAL DE PADERNE, AGRUPAMENTO VERTICAL DE FERREIRAS, AGRUPAMENTO VERTICAL PROFESSORA DIAMANTINA NEGRÃO E AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS ALBUFEIRA POENTE - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:

- "Considerando: -----*
- 1. que o art.º 67º da Lei n.º 169/99, de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11/01, possibilita às Câmaras Municipais poderem celebrar protocolos com entidades terceiras no âmbito da alínea l) do n.º 1 do art.º 64º dos citados diplomas; -----*
  - 2. compete ao Município no âmbito das suas competências fornecer o serviço de transporte escolar entre o local de residência e o local de ensino, de acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro com a redação final dada pelo D.L. 13/2006 de 17 de Abril; -----*
  - 3. compete ao Município no âmbito das suas competências assegurar o transporte dos alunos com necessidades educativas especiais, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 32º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março; -----*

4. compete ao Município organizar e gerir os transportes escolares nos termos do disposto da alínea m), n.º 1, art.º 64º, do Decreto-Lei nº 169/99, na redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

Proponho que:-----

A Digníssima Câmara Municipal de Albufeira delibere celebrar o protocolo entre o Município de Albufeira, o Agrupamento de Escolas de Albufeira, o Agrupamento Vertical de Paderne, o Agrupamento Vertical de Ferreiras, o Agrupamento Vertical Professora Diamantina Negrão e o Agrupamento Vertical de Escolas Albufeira Poente.”

Esta proposta fazia-se acompanhar das minutas dos protocolos nela referidos, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, podendo, em consequência, os protocolos serem outorgados e produzirem todos os seus efeitos. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - CESSAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE  
SUBSÍDIO A ANA PAULA MONTEIRO SOARES - INFORMAÇÃO =**

Foi apresentada uma informação, com origem na Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em conclusão refere o seguinte: -----

“Tendo decorrido o prazo concedido e não tendo a beneficiária se pronunciado, sugere-se que a digníssima Câmara Municipal delibere cessar o subsídio de arrendamento atribuído à beneficiária Ana Paula Monteiro Soares com efeitos à data de 31 de Outubro de 2011.”-----

Foi deliberado, por unanimidade, considerando as razões invocadas e o teor da informação, cessar a atribuição do subsídio de arrendamento, nos termos da intenção anteriormente manifestada. -----

**= PROJECTO “EDUCAÇÃO NO VERÃO” - PREÇO A PAGAR PELOS  
PARTICIPANTES - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -

“Considerando que: -----

1. O Município de Albufeira, Pelouro de Educação, irá proceder mais uma vez à realização do projeto “Educação no Verão”, nas próximas férias lectivas;-----
2. Existem custos inerentes à participação de cada criança, sendo que se afigura importante que haja uma educação para uma gestão equilibrada dos recursos, mediante o pagamento, pelos encarregados de educação, de um valor monetário



*simbólico daquela participação; -----*

*3. O valor a cobrar às famílias, respeitante à frequência do projeto, não tem como objectivo primordial custear todos os gastos e encargos que esta edilidade detém com a realização do mesmo; visando apenas que se trate de um simbólico contributo pelo usufruto de tal serviço e, sobretudo, que permita consolidar o compromisso assumido pelos pais, no ato da inscrição dos educando, por forma a evitar uma ocupação indevida das vagas nas atividades de verão, colocadas à disposição de cada criança e ulteriores situações de desistência; -----*

*4. Insere-se na esfera jurídica de competências desta Câmara Municipal deliberar sobre o quantitativo a cobrar aos participantes, pela frequência do projeto, atento no disposto no artº. 64º. nº. 1 alínea j) da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei nº. 5-A/02, de 11 de janeiro; -----*

*Propõe-se que:-----*

*A Câmara Municipal de Albufeira delibere o valor unitário do preço a aplicar aos participantes no projeto "Educação no Verão", quantitativo que inclui os montantes do seguro obrigatório, alimentação, brindes e material promocional, nos termos seguintes: -*

*a) Regime geral - 70 (setenta euros) por quinzena; -----*

*b) Regime para os alunos que beneficiaram do escalão B durante o presente ano lectivo - 35 € (trinta e cinco euros) por quinzena;-----*

*c) Regime para os alunos que auferiram do escalão A durante o presente ano lectivo - 20 € (vinte euros) por quinzena;-----*

*d) Regime para famílias em que esteja mais do que um filho a frequentar as atividades em simultâneo - desconto de 20% sobre o total do pagamento. -----*

*A Câmara Municipal de Albufeira delibere o valor unitário do preço a aplicar aos participantes no projeto "Educação no Verão", quantitativo que inclui os montantes do transporte escolar, nos termos seguintes:-----*

*a) Regime geral - 05 (cinco euros) por quinzena; -----*

*b) Regime para os alunos que beneficiaram do escalão B durante o presente ano lectivo - 03 € (três euros) por quinzena;-----*

*c) Regime para os alunos que auferiram do escalão A durante o presente ano lectivo - 02 € (dois euros) por quinzena;"-----*

*Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----*

**= PROJECTO "EDUCAÇÃO NO VERÃO" - APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO - PROPOSTA =**

Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:

*"Considerando que: -----*

- 1. O Município de Albufeira, Pelouro de Educação, irá proceder à realização do projecto "Educação no Verão"; -----*
- 2. O projecto supra citado se encontra devidamente regulamentado e aprovado em Assembleia Municipal; -----*
- 3. O surgiu a necessidade de se efectuarem algumas alterações ao regulamento que em nada mudam a estrutura inicial do mesmo; -----*
- 4. A proposta de alteração visa essencialmente simplificar o regulamento, não tendo que o sujeitar a aprovação anualmente, apresentando artigos de carácter mais generalistas; -----*

*Proponho que: -----*

*Relativamente à proposta de alteração do regulamento: -----*

*O Município de Albufeira delibere aprovar a presente medida."-----*

Esta proposta fazia-se acompanhar do Projeto de Regulamento nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

**Foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta e determinar a submissão da proposta de alteração do Regulamento à aprovação pela Digníssima Assembleia Municipal. -----**

**Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor Vice-Presidente e os senhores Vereadores Marlene Silva, Carlos Quintino, José Sequeira e Ana Pífaros; absteve-se o senhor Vereador David Martins. -----**

### **= VIII MOSTRA DE TEATRO ESCOLAR DE ALBUFEIRA - APROVAÇÃO DAS REGRAS DE PARTICIPAÇÃO - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -

*"A Mostra de Teatro Escolar de Albufeira, iniciada no ano de 2005, no âmbito do Paginários, pautou-se pela grande qualidade das peças apresentadas. -----*

*No primeiro ano participaram 4 escolas, no ano 2006 participaram 6 escolas, no ano 2007 participaram 7, o ano 2008 participaram 6 grupos, em 2009 contámos com a participação de 8 grupos, em 2010 contámos com a participação de 11 grupos e no ano passado contámos com a participação de 12 grupos. -----*

*Neste ano, e dada a boa adesão das escolas, pretende-se prosseguir com o Projecto, continuando assim a Câmara Municipal a incentivar as crianças e jovens de Albufeira à prática de actividades artísticas, bem como descobrir e revelar novos valores na área do Teatro. -----*





*Esta mostra decorre no âmbito do XV Paginários - As Páginas do Imaginário, de 28 de Maio a 1 de Junho de 2012. -----*

*Mercê do trabalho e empenho que os mais jovens e professores/educadores dedicam a esta Mostra, e no sentido de se incentivar a continuidade das acções teatrais - o que implica sempre grandes custos, considera-se útil a atribuição de Prémios monetários, divididos escalões, uma vez que se tem verificado uma grande discrepância entre as faixas etárias dos participantes. -----*

*Deste modo sugere-se que os prémios sejam atribuídos segundo os escalões, nomeadamente: -----*

*Escalão Infantil (Jardim Infância)-----*

*Prémio Paginários: 100 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor conjugação de texto e encenação, espectáculo em si, na sua totalidade)-----*

*Prémio Melhor Ator Secundário: 50 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor interpretação no papel de personagem secundária)-----*

*Prémio Melhor Ator Principal: 50 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor interpretação no papel de personagem principal) -----*

*Escalão Infantil (Primeiro Ciclo) -----*

*Prémio Paginários: 100 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor conjugação de texto e encenação, espectáculo em si, na sua totalidade)-----*

*Prémio Melhor Ator Secundário: 50 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor interpretação no papel de personagem secundária)-----*

*Prémio Melhor Ator Principal: 50 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor interpretação no papel de personagem principal) -----*

*Escalão Juvenil (2.º; 3.º ciclo e Ensino Secundário) -----*

*Prémio Paginários: 100 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor conjugação de texto e encenação, espectáculo em si, na sua totalidade)-----*

*Prémio Melhor Ator Secundário: 50 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor interpretação no papel de personagem secundária)-----*

*Prémio Melhor Ator Principal: 50 Euros ou vale de compras no mesmo valor -----*

*(premeia a melhor interpretação no papel de personagem principal) -----*

*Total de 600,00 Euros-----*

*Nota: Foram convidadas algumas entidades a colaborarem no projeto no que concerne à*

oferta de prémios, no entanto não se verificando tal será a autarquia a suportar o valor total. -----

Assim, e considerando que a VIII Mostra de Teatro Escolar de Albufeira: -----

1. Se enquadra na política de dinamização cultural preconizada pelo Município; -----
2. Incentiva as crianças e jovens à prática de actividades artísticas; -----
3. Promove a descoberta e revelação de novos talentos nas modalidades de canto, expressão dramática, dança, cenografia e dramaturgia; -----

-----Proponho -----

Que a Câmara Municipal delibere aprovar as Regras de Participação da VIII Mostra de Teatro de Albufeira e os respectivos Prémios a atribuir (600 Euros).” -----

Esta proposta fazia-se acompanhar das referidas regras de participação, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

#### **D - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS**

**= OBRAS MUNICIPAIS - "BENEFICIAÇÃO DE RUAS, ESTRADAS E CAMINHOS  
- PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO RURAL DO POÇO DE PADERNE" - RECEPÇÃO  
DEFINITIVA =**

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa, Candeias & Silva, Limitada, foi apresentado o auto de recepção definitiva, datado de vinte e três de fevereiro último, pelo qual se constata que todos os trabalhos se encontram em satisfatório estado de execução e conservação, razão porque a obra é considerada em condições de ser recebida definitivamente. -----

Foi tomado conhecimento. -----

**= OBRAS MUNICIPAIS - "ROTUNDA - CRUZAMENTO DA ESTRADA DE VALE  
PARRA COM A ESTRADA DA GALÉ - GUIA" - RECEPÇÃO DEFINITIVA =**

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa, Pavia - Pavimentos e Vias, S.A., foi apresentado o auto de recepção definitiva, datado de vinte e sete de fevereiro último, pelo qual se constata que todos os trabalhos se encontram em satisfatório estado de execução e conservação, razão porque a obra é considerada em condições de ser recebida definitivamente. -----

Foi tomado conhecimento. -----

**= CONCESSÕES - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A  
"CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO P5 E P6  
E DO ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE NA AVENIDA DA LIBERDADE, EM**



## **ALBUFEIRA" - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS - REQUERIMENTO =**

Pela empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A., foi apresentado um requerimento, pelo qual solicita a prorrogação do prazo para apresentação de documentos em falta.-----  
Este requerimento encontrava-se instruído com uma informação do júri do concurso, do seguinte teor: -----

*"O Júri do procedimento não vê inconveniente em conceder prorrogação de prazo para apresentação dos documentos em falta até 16 de Março de 2012, tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 86º do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro."*-----

Foi, por unanimidade, deferido nos precisos termos da informação. -----

## **= SUBSTITUIÇÃO DE PONTE - EMPREITADA "ER 270 - PONTE AO KM 8+830 - SUBSTITUIÇÃO DA OBRA DE ARTE" - TELEFAXE =**

Pela empresa EP - Estradas de Portugal, S.A., foi apresentado um telefaxe, datado de treze de fevereiro último, pelo qual informa que será realizado um desvio provisório de tráfego, em consequência da execução das obras previstas.-----

Foi tomado conhecimento. -----

## **= LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - JOSÉ JOAQUIM DE MATOS DUARTE - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Presidente, em vinte e quatro de fevereiro último, através do qual determinou autorizar a emissão da licença especial de ruído, para a realização de um espetáculo na zona exterior do Montechoro Parque, entre as quinze e as vinte e três horas, no dia vinte e seis de fevereiro último, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente. -----

## **= LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - REQUERIMENTO DE MARTIFER SOLAR, S.A. =**

Da empresa Martifer Solar, S.A., foi apresentado um requerimento, datado de vinte e nove de fevereiro último, no qual solicita a emissão de licença especial de ruído para laboração na empreitada de construção do Parque Fotovoltaico de Ferreiras, das sete às vinte e uma horas, nos sete dias da semana, entre cinco de março e o mês de julho.---  
Este requerimento encontrava-se instruído com uma informação, subscrita pela Chefe da Divisão de Ambiente, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em

conclusão refere o seguinte:-----

*"Face ao exposto, o pedido apenas poderia ser satisfeito se fosse concedida uma licença especial de ruído nos termos do n.º 1 do Artigo 15º do RGR. Em todo o caso recorda-se que a licença especial de ruído, quando atribuída por um período superior a um mês, fica condicionada ao cumprimento dos limites fixados no ponto 5.º do artigo 15º do acima referido Decreto-Lei, devendo contemplar as medidas de prevenção e de redução do ruído aplicáveis. -----*

*Estes Serviços consideram que a laboração da obra não deveria ocorrer fora dos limites horários previstos no RGR, pois na fase de programação de trabalhos, os horários de laboração da obra deveriam ter sido estabelecidos de acordo com a legislação em vigor.-----*

*Informa-se ainda que pelo exercício deste tipo de atividade ruidosa temporária seria cobrada uma taxa que varia entre 40 e 80 €/hora, nos termos do ponto 11.1.1 da Secção I do Capítulo XI da Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Albufeira que consta do Regulamento n.º 395-A/2010 publicado na II Série do Diário da República de 3 de Maio de 2010."-----*

**Foi, por maioria, deferido nos precisos termos da informação dos serviços.-----**

**Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor Vice-Presidente e os senhores Vereadores Marlene Silva, Carlos Quintino, José Sequeira e Ana Pífaros; absteve-se o senhor Vereador David Martins.-----**

**F - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA  
= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE  
CAMIONAGEM DE ALBUFEIRA" - LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS -  
INFORMAÇÕES =**

De Ademar Leite, administrador de insolvência, foi apresentada uma carta datada de quatro de novembro de dois mil e onze, através da qual solicita a libertação de garantias bancárias, no valor de cento e quarenta mil, cento e quarenta e um euros e oitenta e nove cêntimos. -----

Este processo encontrava-se instruído com as seguintes duas informações: -----

- A primeira, com origem na Divisão Jurídica e Contencioso, do seguinte teor:-----

*"Relativamente ao solicitado na etapa 14, sou de parecer que:-----*

*1. Concorde-se com a elaboração de novo auto de recepção provisória, relativa à parte não recebida em 2007, desde que se confirme que as deficiências apontadas no primeiro se encontram reparadas (art. 218.º, n.º 5, do DL 59/99, de 2 de Março). No entanto, caso tal reparação tenha sido promovida directamente pelo Município, quer*



*por execução directa quer por adjudicação a terceiros, deverá fazer-se expressa menção desse facto no auto, de modo a que fique esclarecido, com registo para memória futura, que a empreiteira não tem direito a qualquer pagamento por esses trabalhos (que não executou, quando, pela inversa, eram obrigação sua). -----*

*2. Já quanto ao inquérito administrativo, nesta fase, atenta a especial situação da empreiteira (com sentença de insolvência decretada), afigura-se extemporâneo abrir agora aquele subprocedimento, para mais quando, visando o mesmo possibilitar a terceiros, que se arroguem credores daquela no âmbito da empreitada em vista, a eventual cobrança desses créditos (art. 225º do RJEOP, citado), tais putativos credores se veriam forçados a reclamar os seus direitos já no processo judicial de insolvência, ficando a entidade pública contratante impedida de proceder a qualquer pagamento ao abrigo do inciso final do nº 2 daquela norma legal. -----*

*3. Quanto à conta final, embora também ela intempestiva, sou de opinião que se deve proceder de imediato à mesma, nos termos previstos nos arts. 220.º a 222º do RJEOP. Mais se propõe que se responda ao Sr. Administrador de Insolvência oficiante (vd, documento anexo à etapa 1) tal como exarado na etapa 16, uma vez que, ao contrário do alegado, não se encontram reunidos os pressupostos que permitam extinguir as garantias bancárias prestadas, o que só virá a acontecer com a recepção definitiva, sem prejuízo da possibilidade de reduzir o montante caucionado proporcionalmente à parte da obra que, entretanto, se entenda formalmente concluída. -----*

*É, de momento, e s.m.o., quanto cumpre informar."-----*

*- A segunda, com origem na Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais, do teor seguinte:-----*

*"Tendo em conta que somos agora informados no ofício apenso à etapa 1 de que existe insolvência da empresa Condop, empresa empreiteira e com garantias em vigor relativas à Estação Central de Camionagem, com recepção provisória parcial exarada em 2 de Março de 2007, considerando o parecer constante na etapa 19.1, para efectuar a conta final, solicita-se ao órgão competente decisão favorável sobre o encerramento da empreitada no que respeita aos trabalhos que o empreiteiro deixou por concluir.-----*

*Considera-se que face à insolvência a empresa não voltará a reunir condições para concluir alguns trabalhos, considerados no entanto não essenciais, já que os mesmos não foram na altura de início de utilização do espaço considerados pelo executivo impeditivos da utilização.-----*

*Propõe-se que sejam aceites como trabalhos a menos no valor de:-----*

*- 50.364,48 € Trabalhos relativos ao contrato inicial-----*



- 1571,30 € Relativos a trabalhos contratados a mais e não concluídos-----

No caso de aceitação do valor mencionado de trabalhos por concluir como trabalhos a menos, propõe-se que seja redigido um segundo auto de recepção para fecho da empreitada, seguido da elaboração de conta final."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos das informações:----

a) autorizar o encerramento da empreitada nos termos sugeridos;-----

b) aceitar os valores dos trabalhos a menos nos precisos termos propostos. -----

**= PLANOS - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL, NO ÂMBITO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ALBUFEIRA - INFORMAÇÃO =**

Com origem no Gabinete de Planeamento foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que conclui referindo: -----

"Face ao exposto, sugere-se que a digníssima câmara delibere: -----

1. Manifestar concordância com a proposta de alteração da delimitação da REN concelhia na área de intervenção do PU da Cidade de Albufeira;-----

2. Remeter à CNREN, com conhecimento à CCDR-Algarve, o teor do deliberado juntamente com cópia da presente informação."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma:-----

a) manifestar concordância com a Proposta de Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional Concelhia na área de intervenção do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira; -----

b) mandar remeter à Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, com conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, o teor do deliberado juntamente com cópia da presente informação. -----

**= PLANOS - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FERREIRAS - INFORMAÇÃO =**

Com origem no Gabinete de Planeamento foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, que conclui referindo: -----

"Face ao exposto, sugere-se que a atual versão da Proposta de Plano de Urbanização de Ferreira seja objeto de deliberação da Digníssima Câmara Municipal no sentido de: ----

- Manifestar concordância com a presente Proposta de Plano (em Anexo 1); -----

- Mandar enviar a presente Proposta de Plano de Urbanização de Ferreira à CCDR Algarve e às entidades representativas dos interesses a ponderar, cuja lista se





*apresenta em Anexo (2), para emissão de parecer no âmbito do n.º 2 do artigo 75º C do atual RJIGT, com o objetivo de obter uma apreciação e aprovação genérica das opções do plano, antes ainda da Conferência de Serviços."* -----

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma:**-----

**a) manifestar concordância com a presente Proposta de Plano;**-----

**b) mandar enviar a presente Proposta de Plano de Urbanização de Ferreiras à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e às entidades representativas dos interesses a ponderar, para emissão de parecer no âmbito do número dois do artigo septuagésimo quinto C do atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com o objetivo de obter uma apreciação e aprovação genérica das opções do plano, antes ainda da Conferência de Serviços. --**

**= PLANOS - PLANO DE PORMENOR DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL / PARQUE TEMÁTICO DE ALBUFEIRA - INFORMAÇÃO =**

Com origem no Gabinete de Planeamento, foi apresentada uma informação que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, que conclui referindo: -----

*"Face ao exposto sugere-se que a digníssima Câmara Municipal delibere:*-----

- 1. Dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Económico do Parque Temático de Albufeira (P.P.N.D.E.P.T.A.), nos termos do artigo 74.º do RJIGT, aprovando os termos de referência constantes na presente informação;*-----
- 2. Determinar o prazo de elaboração de acordo com a calendarização em anexo;* -----
- 3. Determinar o período de participação previsto no n.º 2 do artigo 77.º do RJIGT: 15 dias "para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração";*-----
- 4. Publicar Aviso em Diário da República, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT;*-----
- 5. Publicar Aviso na comunicação social, boletins municipais e página internet, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 149.º do RJIGT;*-----
- 6. Disponibilizar os presentes termos de referência para consulta no Gabinete de Apoio ao Município, na Junta de Freguesia de Albufeira e na página da CMA na internet;*-----
- 7. Determinar a sujeição a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, nos*

*termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, uma vez que o programa de intervenção prevê a construção de um parque temático com área maior ou igual a 10ha, pelo que se enquadra no previsto na alínea e) do n.º 12 do anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redação do Decreto-Lei 197/2005, de 8 de Novembro; -----*

*8. Transmitir o teor da presente deliberação à CCDR Algarve." -----*

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma:-----**

**a) dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Económico do Parque Temático de Albufeira, nos termos do artigo septuagésimo quarto do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovando os termos de referência propostos; -----**

**b) determinar o prazo de elaboração de acordo com a calendarização sugerida; -----**

**c) determinar o período de quinze dias de participação, previsto no número dois do artigo septuagésimo sétimo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, para formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração;-----**

**d) publicar aviso em Diário da República, nos termos do previsto na alínea b) do número quatro do artigo centésimo quadragésimo oitavo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;-----**

**e) publicar aviso na comunicação social, boletins municipais e página internet, nos termos do número dois e três do artigo centésimo quadragésimo nono do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----**

**f) disponibilizar os presentes termos de referência para consulta no Gabinete de Apoio ao Município, na Junta de Freguesia de Albufeira e na página da Câmara Municipal de Albufeira na internet; -----**

**g) determinar a sujeição a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do previsto na alínea a) do número um do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e trinta e dois, barra, dois mil e sete, de quinze de junho, uma vez que o programa de intervenção prevê a construção de um parque temático com área maior ou igual a dez hectares, pelo que se enquadra no previsto na alínea e) do número doze do anexo II do Decreto-Lei número sessenta e nove, barra, dois mil, de três de maio, na redação do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, barra, dois mil e cinco, de oito de novembro; -----**



h) mandar transmitir o teor da presente deliberação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. -----

**= PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES =**

Dos pareceres, autos e outros elementos referidos nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e segundo o critério deste, que foram rubricadas pelos Senhores membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião. -----

As descrições dos pedidos que seguem, relacionadas com este tema, tiveram minutas elaboradas sob a exclusiva responsabilidade do mesmo departamento. -----

♦ Requerimento(s) n.<sup>o(s)</sup>: 32952 de 06-10-2011 -----

Processo n.<sup>o</sup>: **361/1995**-----

Requerente: **Condomínio do prédio sito na Urbanização Norte Montechoro Lote 9**-----

Local da Obra: Urbanização dos Castelinho, lote 9, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Pedido de vistoria para certificação de más condições de salubridade -----

Foi, por unanimidade, deliberado homologar o auto de vistoria número trinta e três, barra, dois mil e onze, fixando o prazo de quinze dias para o Condomínio do lote nove da Urbanização dos Castelinhos, tomar as medidas necessárias de forma a extinguir as más condições de salubridade, saneando o terreno contaminado pelo esgoto depositado e refazendo os coletores em boas condições técnicas. -----

Mais deliberou a Câmara notificar a administração do condomínio advertindo de que, se as obras preconizadas não forem concluídas dentro do prazo fixado (quinze dias), poderá estar a incorrer na prática de um crime de desobediência (conforme o disposto no artigo centésimo do diploma legal acima aludido). -----

♦ Requerimento(s) n.<sup>o(s)</sup>: 17396 de 15-04-2010 e 44433 de 14-10-2010 -----

Processo n.<sup>o</sup>: **250/2005**-----

Requerente: **IRILAGE - Sociedade de Construções, Lda**-----

Local da Obra: Cerro de Malpique, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Pedido de isenção de pagamento da taxa de infra-estruturas urbanísticas -----

Foi, por unanimidade, deliberado informar o requerente de que, face ao parecer jurídico datado de vinte de janeiro de dois mil e doze, e nos termos do mesmo, esta Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido. -----

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos oitavo, centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de cento e vinte dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 38202 de 17-11-2011 -----

Processo n.º: **587/1985**-----

Requerente: **Condomínio Edifício Oura Claudios** -----

Local da Obra: Estrada de Santa Eulália Beco do Sol lote 1, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Vistoria para certificação de más condições de salubridade -----

Foi, por unanimidade, deliberado homologar o auto de vistoria número um, barra, dois mil e doze, fixando o prazo de sessenta dias para o Condomínio Oura Claudios, Albufeira, estrada de Santa Eulália, Beco do Sol, lote um, freguesia e município de Albufeira, efetuar obras de conservação no sentido de travar o processo de degradação. -----

Mais deliberou a Câmara notificar a administração do condomínio advertindo de que, se as obras preconizadas não forem concluídas dentro do prazo fixado sessenta dias, poderá estar a incorrer na prática de um crime de desobediência (conforme o disposto no artigo centésimo do diploma legal acima aludido).-----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 3255 de 26-01-2012-----

Processo n.º: **756/1986**-----

Requerente: **Zélia da Conceição Cabrita Martins Caldeirinha** -----

Local da Obra: Vale da Ursa, freguesia da Guia -----

Assunto: Pedido de emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno fora do perímetro urbano com a área de 1.451,32 m2 e descrito na conservatória do registo predial de Albufeira sob o nº 1522/19870908 -----

Foi, por unanimidade, deliberado informar o requerente de que, face ao parecer técnico datado de vinte e dois de fevereiro de dois mil e doze, e nos termos do mesmo, esta Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido. -----

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos oitavo, centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de sessenta dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto.-----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 25885 de 27-07-2011 e 1221 de 10-01-2012 -----

Processo n.º: **Lotº 468**-----

Requerente: **Serrasqueiro e Filhos, Lda**-----

Local da Obra: Vale Pedras, freguesia de Albufeira-----

Assunto: Solicita a libertação da garantia bancária nº D00012642 emitida em 18-04-2005, com fundamento no facto de ter ocorrido a recepção definitiva tácita das obras de urbanização, relativas ao loteamento titulado pelo alvará 1/2001-----

Foi, por unanimidade, deliberado informar o requerente de que, face ao parecer



jurídico datado de dois de dezembro de dois mil e onze, e nos termos do mesmo, esta Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido. -----

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos oitavo, centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de sessenta dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto. ----

**= ASSUNTOS RECONHECIDOS COMO URGENTES =**

Tendo-se concluído a apreciação dos assuntos constantes na ordem do dia, o Senhor Vice-Presidente submeteu à apreciação da Câmara o reconhecimento da urgência na apreciação e deliberação sobre os três assuntos a seguir descritos, pelas razões que explicitou e que se prendem no primeiro caso com a data prevista para produção de efeitos da deliberação, que é anterior à da próxima reunião ordinária do Executivo, e, nos restantes casos com a oportunidade e, portanto, com a vantagem no não adiamento da respectiva apreciação. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ao abrigo do estabelecido no artigo octogésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, reconhecer a urgência. -----

**= TRANSPORTES - INSTITUIÇÕES - PROPOSTA =**

Antes da discussão deste assunto, o senhor Vice-Presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo quadragésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respectiva situação de impedimento. -----

Tendo o impedimento sido declarado, nas condições previstas no Código do Procedimento Administrativo, o senhor Vice-Presidente ausentou-se da sala, tendo assumido a presidência a senhora Vereadora Marlene Silva. -----

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor Presidente, em cinco de março corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades, nos seguintes dias de Março corrente: -----

- Junta de Freguesia de Ferreiras, para deslocação a Portimão, no dia dezassete; ----
- Clube Pesca e Náutica Desportiva - Albufeira, para deslocação a Praia da Costa Nova - Aveiro, no dia dezasseis e regresso no dia dezoito, a Lisboa, no dia dezassete, e a Faro, no dia dezoito; -----

- Imortal Basket Clube, para deslocação a Olhão, no dia dezassete, e a Montijo e Queluz, no dia dezoito;-----
- Clube Basquete de Albufeira, para deslocação a Reguengos de Monsaraz e Portimão, no dia dezassete, e a Vila Real de Santo António, no dia dezoito; -----
- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocação a Estômbar e Quarteira, no dia dezassete, e a Portimão, no dia dezoito; -----
- Guia Futebol Clube, para deslocação a Faro, Quarteira e Santa Luzia, no dia dezassete; -----
- Imortal Desportivo Clube, para deslocação a Faro, no dia dezassete, e a Olhão, no dia dezoito; -----
- Padernense Clube, para deslocação a Loulé, no dia dezassete; -----
- Clube Desportivo Areias de São João, para deslocação a Praia da Salema - Vila do Bispo, no dia dezoito; -----
- Atlético Clube de Albufeira, para deslocação a Armação de Pêra, no dia catorze; ----
- Albufeira Futsal Clube, para deslocação a Martim Longo - Alcoutim, no dia dezassete. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----  
 Não estava presente o senhor Vice-Presidente, que a seguir à votação regressou à sala reassumindo a presidência. -----

### **= PROTOCOLOS - "ESTUDO DAS POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ALBUFEIRA NASCENTE" - INFORMAÇÃO =**

Foi apresentada uma informação subscrita pela secretária do senhor Presidente do seguinte teor: -----

*"Serve o presente para informar que:-----*

*1 - Em reunião de câmara de 4 de Outubro de 2011 foi aprovada a minuta do protocolo acima identificado que, posteriormente, devido a alteração das entidades que compunham o "segundo outorgante", foi objeto de nova deliberação em reunião de 21 de Fevereiro último, conforme cópia da minuta anexa ao presente.-----*

*2 - Hoje procedeu-se à necessária assinatura do Protocolo em causa tendo-se verificado, após a assinatura do mesmo, que o nome da empresa "FOPRA - Financiamentos Prediais e Agrícolas, SA" estava mal redigido desde a minuta como "FROPA - Financiamentos Prediais e Agrícolas, SA". -----*

*3 - Toda a documentação da empresa que acompanhou a minuta do protocolo aprovada em 21 de Fevereiro último, designadamente a certidão comercial, o cartão de identificação de pessoa coletiva, bem como a credencial que credencia terceira pessoa*





*para representar a empresa no ato da assinatura do protocolo, tem a designação correta: "FOPRA - Financiamentos Prediais e Agrícolas, SA";-----*

*4 - Se tratou de um lapso de escrita;-----*

*5 - A pessoa que representou a empresa na assinatura do Protocolo, o Senhor Luís Manuel Gonçalves Rodrigues dos Santos, retificou manualmente no protocolo o nome da empresa rubricando essa alteração, conforme cópia do protocolo anexa."-----*

*Foi deliberado, por unanimidade, tomar em consideração a retificação exposta.-----*

**= QUIOSQUES - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO TEMPORÁRIA DE  
ESPAÇO COMERCIAL/LOJA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE BILHETES -  
ANULAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO - PROPOSTA =**

*Subscrita pelo senhor Vereador José Sequeira foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----*

*"Considerando que, -----*

- 1. Por deliberação havida em Reunião de Câmara, datada de 17 de Maio de 2011, foi aberto pelo Município de Albufeira, Concurso Público para Adjudicação Temporária do Espaço Comercial /Loja para Comercialização de Bilhetes; -----*
- 2. Cumpridos todos os formalismos legais e contratuais aplicáveis, elaborou o Júri do Concurso, Relatório Preliminar, propondo a adjudicação da exploração à concorrente Carla Alexandra Paulino Brito, pelo valor mensal de 1.515,00 €, acrescido de IVA; ----*
- 3. No âmbito da Audiência Prévia, veio o concorrente "Dolphins Driven Atividades Marítimo-Turísticas Lda.", apresentar reclamação, pela qual, em síntese, alega ter existido conluio entre os concorrentes classificados nos três primeiros lugares;-----*
- 4. O Parecer Jurídico em anexo, pronuncia-se pela existência de sérios indícios de conluio, consubstanciado pela verificação de relações comerciais e familiares entre os três primeiros classificados e a sua posterior desistência do procedimento concursal; -----*
- 5. De acordo com o referido parecer jurídico, cabe à Câmara Municipal de Albufeira, nos termos do contratualmente consentido, decidir, no âmbito dos seus poderes discricionários, pela adjudicação ao concorrente classificado em 5º lugar, ou pela anulação do concurso;-----*
- 6. O conluio entre os concorrentes originou provável prejuízo para a Câmara Municipal de Albufeira, que, de outra forma, poderia ter adjudicado a exploração temporária por um valor mais elevado; -----*
- 7. A anulação do concurso, contratualmente consentida, conforme resulta do referido parecer jurídico, configura-se como a única alternativa viável para acautelar a*

*posição da Câmara Municipal de Albufeira, que dessa forma poderá obter um preço mais justo pela adjudicação;*-----

*Proponho que:*-----

*Pelos fundamentos supra expostos a digníssima Câmara Municipal delibere a anulação do processo de Concurso Público para Adjudicação Temporária de Espaço Comercial/Loja para Comercialização de Bilhetes."*-----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.** -----

**= APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA =**

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o Senhor Vice-Presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da ata em minuta. -----

**Tendo sido deliberado, por unanimidade, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade.** -----

**= DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO =**

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. -----

**= ENCERRAMENTO =**

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas cinco horas e cinco minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor Vice-Presidente e por mim, Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha, Diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, que secretariei. ----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

